

du Pacheco de Lima e Elias Rodrigues Pinto havendo número regi-
mental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome
de Deus. A seguir, foram lidos e aprovados as seguintes Atas: Ata da
vigésima sétima sessão ordinária do segundo período legislativo e
Ata do mesmo Conselho, sessão extraordinária do segundo período
legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do
regimento soltou ao Senhor Primeiro Tenente a leitura do Ex-
pediente que consta do seguinte: Ofício/GAEE - nº 084/2001 - In-
fância Municipal, assunto: Encaminha, para apreciação desta Casa legis-
lativa as seguintes proposições: Proposição nº 019/2001, assunto: Dis-
por sobre o Plano Municipal do Governo do Município de Cabo
Frio para o período 2002 a 2005, Proposição nº 020/2001, assunto:
Dispor sobre transporte individual de passageiros em Automóvel
de aluguel, táxi, e de outras providências, Proposição nº 021/2001,
assunto: Pua no Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal
os cargos públicos que menciono, Projeto de Lei nº 101/2001 - Vota-
do Altamir Guiza da Silva (Pl), assunto: Dispor sobre a criação
do Banco Municipal de Alimentos, requerimento nº 238/2001 - Vota-
do Altamir Guiza da Silva (Pl), assunto: requer a Auto Viação
Sulmineira a implantação de um ponto de parada para a linha
"Sulmanga", no traço Francisco Ribeiro, no Bairro Inácio do A-
guineiro, Indicação nº 409/2001 - Vereador, Gustavo Antônio Guimarães
Barragan, assunto: Soltu ao Exmº Sr. Prefeito Municipal a reali-
zação do Serviço de Abastecimento do Município, Indicação nº
410/2001, Vereador Amaury Valério, assunto: Soltu ao Exmº
Sr. Prefeito Municipal a colocação de faixas educativas de velo-
cidade na Rua Manoel Filho, no Bairro Jardim, Queimada, insinua-
do a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a
tribuna aos Oradores inscritos. Como primeiro Orador inscrito, ocu-
pou a tribuna o Vereador Augusto Almeida, Senador de Conselho, que
anteriormente lamentou a transferência do Batalhão do Coman-
do do 25º Batalhão, restando o extraordinário trabalho desenvol-
vido pelo mesmo, no Município de Cabo Frio e região do Lago,
da mesma forma a participação do Pessoal Androni. Disse que a sua
função do Policial quando se aproximar o final, não prejudicar

de fama sensível, o sistema de segurança criado pelo General Bonifácio, e que
 era motivo de forte apreensão para a sociedade. A seguir, em retrospectiva
 do seu primeiro ano como Vereador, despendendo os incidentes do dia
 primeiro de Janeiro para a eleição do Banco Executivo, quando foi au-
 torizado de imediato, por não ter votado no Vereador Bonifácio, quando
 que apenas havia voto de duas promessas como Vereador e que sobre
 tudo, disputava o Instituto Alvar Cordeiro, demonstrando no decorrer do ex-
 ercício o seu integral apoio ao Executivo. Lamentou a distância com
 que o Instituto Alvar Cordeiro se mantém quanto a alguns Vereadores,
 lamentando que todos os meses em que pleiteia alguma coisa junto
 ao Instituto, sempre por em favor de causas públicas, e assim, embora
 as entidades, agradecia ao Instituto por ter atendido suas Indicações
 que tenham como objetivo atender as reais necessidades do povo
 Jacare em especial, mas, deixara no ar uma pergunta: no que
 o Instituto não decidiu o Vereador em seu Gabinete? no que encamin-
 sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Altamir Guari
da Silva (Pl) que inicialmente comentou sobre o voto de du de sua
 autoria, quando o Banco Municipal de Alimentos, procedendo a
 seguir a leitura na íntegra do texto de sua proposição. Após a leitu-
 ra da justificativa do referendado voto de du, o Vereador Altamir
Guari da Silva (Pl) agradeceu a atenção, e encimou sua fala.
 A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Acácio Ferreira da Souza
 que inicialmente manifestou sua solidariedade ao Vereador Altamir
Guari da Silva (Pl) pela iniciativa do voto de du instituindo o
 Banco Municipal de Alimentos, tendo comentado sobre a alcança-
 vel da referida instituição. Segue a seguir sobre as campanhas
 anuais da Igreja Universal do Reino de Deus, arrecadando alimen-
 tos para os menos favorecidos, e que naquele mês estava programada
 do um show Gospel, tendo como finalidade motivar a população
 na doação de gêneros alimentícios, não perdoei, relatando a se-
 guida sobre a programação do evento, no Colégio Cordeiro no dia 15
 de dezembro, com início às nove horas da manhã. Com relação ao
 voto de du de sua autoria dispendo do prazo máximo de cinco dias
 para andamento em exames clínicos quanto a pacientes com mais
 de 65 anos, disse que já discutira o assunto com o Vereador de du.

de Dr. Roberto Siller e equipe, sendo o Projeto considerado viável para a sua concessão. Entretanto que o texto vivo discutido também com o General Francisco Neto, e também com o Dr. Aguiar, visando adequar pontos necessários aos objetivos do Projeto, no que encarei na sala. A seguir, ocupeu a Tribuna o Vereador Fábio do Janto Mendes, que iniciou na sala, comentando sobre o discurso do Vereador Augusto Salvador, quando o mesmo suplicara as qualidades do Governo, fazendo que na semana anterior três propostas oriundas do Brejinho, haviam sido, e lidos no Plenário na mesa de ordem, e que naquele dia o Paulo acabou três minutos Brejinho, que não eram a preocupação, e que era um caso em que a incidência fazia a abertura da pauta desconhecendo o voto de Brejinho. Enfatizou que a Câmara Municipal não era cenário para brejinhos, afirmando que não queria qualquer movimento, que não iria colocar-se diante de tal discurso, mas que enquanto o Vereador Salvador elogiava o Prefeito por obras realizadas, o mesmo em entrevista afirmava que não estava o Orçamento da Câmara, pois, o Povo nada fazia de produtivo para o Município. Prosseguiu, disse o Vereador Fábio Mendes, que fez a sua parte, debatendo, elucubrando e especulando os atos do Brejinho, que procedendo como humano afirmava que a Câmara era constituída para apoiar o seu plano de governo numa clara demonstração de desaprovação ao Legislativo, e ao executivo Constitucional, base do Estado Democrático. Ainda sobre a entrevista, o Vereador Fábio Mendes disse que o Prefeito o colocara como líder, ao comentar sobre modificações no potencial Orçamentário devido ao Legislativo, afirmando que não seria concessão a Povo de Deus. Comentando, o Vereador Fábio Mendes disse que se exercia a liderança da Bancada do Governo, o mesmo não estaria hoje lendo para ele e filhos da mãe prestando aos pais no intuito de, estar a cargo para ouvir e com isso ajudar sem qualquer contos a população do município em geral. Disse que na semana anterior o Plenário recusara requerimento de sua autoria solicitando esplanearmos ao Brejinho quanto a questão do estacionamento, e que na

lamentação, pois, a qualidade de vida do cidadão era seriamente prejudi-
cado por tal procedimento. Não dependia a autonomia do legislativo, baseado
no texto Constitucional, e que em tal documento existia um compromisso da
Câmara, que reconhecia a legalidade, consolidando instrumentos e conteúdos na
Punta Negra, o que infelizmente não era o caso do Prefeito, que embora
não buscava sempre o controle total da Câmara Municipal, ainda, que
não lhe bastava ser o filho como presidente, e sobretudo como vice presi-
dente, mas sobretudo como ele mesmo afirmava, na a Guerra Ince-
mentaria da Casa, e assim impunha a Casa um Orçamento insu-
ficiente para as suas necessidades, e assim, cada vez mais dependente
do Executivo. Enunciando, disse que se pronunciava então em um
libelo contra o que considerava a tirania do Prefeito Alair Corrêa
e que jamais iria colocar o seu voz, e que continuaria sempre
no exercício do seu mandato eliminando as manobras tortuosas
do Executivo, no que encerra sua fala. A seguir, explicou a tirania
o senador Elias Rodrigues Brito, que iniciando sua fala, comentou
sobre o discurso do Senador Sênio Mendes, afirmando que a Câmara
Governista sempre compromissos políticos com o Executivo, proce-
dendo de forma que o Plano de Governo fosse cumprido atendendo o
interesse maior da coletividade, não havendo, assim submissão
ao Prefeito Alair Corrêa. Disse ainda, que quanto ao Orçamento do
legislativo não concordava com algumas análises do Executivo, mas
podia afirmar que com a liderança do Senador Amaury Valério as co-
isas haviam devidamente aperfeiçoadas e não encontrado o consenso fa-
da tal questão que vinha sendo explorada pela oposição. Prosseguin-
do, disse que realmente o Prefeito tinha atendido a algumas in-
dicações do legislativo, estando os elogios do Senador Augusto Silva
deixados, era verdade dentro do que falava o Sobre, colega, a
existência de grande distância entre o Prefeito, e o atendimento
que se dispensava aos Vereadores. Sobre a questão, disse su-
fundamental a participação do líder do Governo e do Presidente da
Câmara no sentido de encontrar uma melhor consequência entre o
Prefeito e Vereadores, embora alguns integrantes da representação
Municipal tivessem levado o assunto ao Gabinete do Executivo. A seguir,
comentou sobre sua candidatura a Deputado Federal, agradecendo

comentários elogiosos que vinha recebendo do Prefeito Glauco Pontes e do Vereador Antônio Pontes, muito embora não pudessem receber o apoio oficial dos mesmos. Culpou ao Deputado Federal Sérgio Costa, quando da criação por lei do Estado Paraguará ao Governo Federal quanto as modificações nos seus trabalhos, considerando os interesses da classe trabalhadora, entre outros procedimentos na Câmara Federal que haviam descrito em seus trabalhos de imprensa, destacando o caso de Fernando, o que vinha gerando uma discussão que vinha sendo discutida na Câmara dos Deputados, na uma questão de mobilização da qual que apenas se aprovaram os votos da maioria em época de eleição e que se compromissos mais no de colocar em desta que a conjuntura política-administrativa da região e a busca de recursos que solucionassem problemas que se amontoavam por décadas, no que interferiu na falta de seguir, culpou o Tribunal Unificado José Eduardo Silva de Almeida, que inicialmente comentou sobre o processo de migração, situação que afetava seriamente as condições da região, e que Paulo Sérgio chegara a indicar que no momento pelo qual ele chegara constatado em determinada época. Disse ainda, que não se podia negar que o Prefeito Glauco Pontes havia sido um devoto de ações para o município apesar as obras que estavam sendo realizadas, mas que o constante êxodo para o município, acarretava dificuldades que evidentemente não poderiam ser superadas com os recursos do município. Comentou sobre o perfil educacional, que em apenas um dia de atividade educacional cerca de três mil crianças de idade, com média de idade acima de quarenta anos, e que se todos os dias de outras escolas. Comentou sobre os aspectos negativos do processo migratório no sistema de saúde do município de São Paulo, que com os investimentos realizados pelo município na a referência para toda a região e assim a demanda rapidamente crescente causava vários problemas para a administração, colocando as seguintes comentários de ordem geral quanto o nível de saúde na região do Lago e os desdobramentos pelo processo migratório. Colocando um exemplo relativo sobre o sistema de saúde, as falhas existentes e propostas soluções. Agradecido

e encerrou sua fala. A seguir, abriu a tribuna o Vereador Emanuel G. Nandes, irmão do Sr. N., lembrando principalmente sobre a reunião que se realizou no dia 12 de dezembro na Câmara Municipal sobre a questão da poluição na Baía de Guanabara, enfatizando comitês anteriores, e a participação do Prolego em tal contexto. A seguir encimou a sua denúncia documentada referente a trabalho realizado pelo Grupo Rio Lixo, mostrando para demonstrando o evento denominado 1º Rio Lixo, que obteve grande repercussão na mídia com relação a Administração do Município, disse que cumpriu com seu dever no Conselho de Vereadores e que estava trabalhando com a criação do Governo Municipal, que realizava obras em todo o Município, destacando no caso, os bairros que representava, Opina e Rio, no que encimou sua fala. A seguir, abriu a tribuna o Vereador Emanuel Valério Thomaz Júnior, que inicialmente comentou sobre sua condição de líder do governo, mas não que procurava desempenhar com verdade e sobriedade lealdade no que os exige na incompreensão, e assim pediu afirmar que de sempre alguma coisa para a população sendo desprezada pelo Executivo, como a construção o Vereador João dos Santos Mendes, que na sua administração passou a transformar fatos mentirosos em verdades absolutas, através de lastimosa invenção verbal contra o Prefeito Alair Lima. No segundo, disse que ao aprovar as mensagens enviadas do Executivo a Câmara nada mais do que cumpriu o seu dever, e apesar o fato no que tinha a aprovação unânime da população, satisfeita com a perspectiva das mais positivas no Estado do Rio de Janeiro. Enfatizou que nenhum dilema havia em estar ao lado do Prefeito Alair Lima, no segundo rebatido veementemente a denunciação de tirano dada pelo Vereador João Mendes ao Prefeito Alair Lima, dizendo a seguir sobre o acobulamento que não se aplica ao ser humano Alair, mas, que sem dúvida se apropriado a denominação Prefeito que mandava outros direções, obras de pessoas humildes, sobre a seguir dos instrumentos do Prefeito na área social, para cada de sua atenção para com os menos favorecidos e também na área de saúde que gradativamente estava sendo adequada a demanda. Finalizando disse que a Câmara cumpria com seu dever, esperando as obras do Governo Municipal e imbuída sintonia com a opinião pública que conhecendo o caráter de

de Alípio Louro, sua subordinação administrativa obedecendo frontalmente as ordens que haviam sido colocadas de forma tão íntima pelo Vereador Sânio Mendes, não havendo mais ordens emitidas para o uso da tribuna, e Sânio Mendes, Presidente conduziu os trabalhos para o Ordem do Dia. Nesta etapa desta etapa, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Legislação, Urbanismo e Urbanização e requerimento de urgência nº 239/2001 para o projeto de Lei nº 096/2001. Foi aprovado parecer favorável das Comissões Técnicas em conjunto, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e requerimento de urgência nº 240 e 241/2001 para as Comissões técnicas em conjunto emitirem parecer nos respectivos projetos: projeto de Lei nº 087 e 093/2001. Foi aprovada a Emenda à Lei nº 011/2001. Considerado o pedido de vista, o projeto de Lei nº 085/2001 encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Lei nº 101/2001. Foi aprovado o requerimento nº 238/2001, as Indicações nºs: 409 e 410/2001. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente agradeceu a tribuna para a Explicação ao Vereador. Vendeu a tribuna em Explicação verbal o Vereador Gustavo Antônio Guimarães Pinheiro, que iniciou sua fala comentando sobre o trabalho do Prefeito Alípio Louro ao final do dia, considerando a sua maior inteligência quanto ao município e a Câmara Municipal, e que assim continuava vendo o município como um desafio. Disse que a Câmara como Instituição Municipal tinha que ser respeitada, mas, que em relação ao Governo Municipal tinha atitudes complacentes, sempre dispostos a aprovar matérias do Executivo sem maiores discussões. Falou da importância do trabalho na Casa, embora não houvesse por parte do Prefeito a grandeza de reconhecimento, mas, via continuar desempenhando o seu mandato de acordo com a sua consciência, por que engrandecia sua fala. Seguiu, vendeu a tribuna em Explicação verbal o Vereador Paulo Pires da Silva Almeida, afirmando que ao longo do exercício de 2001 o Líder do Grupo jamais deixou de defender a área da Saúde sob a responsabilidade. Quando discursou o Vereador José Eduardo, disse que o mesmo havia criticado apertado o sistema de saúde de alguns municípios, mas, esquecia-se de ter o mesmo procedimento quanto o Povo não reaproveitando o Opodo conferido a, colocação do Vereador José Eduardo quanto a questão do atendimento médico em Povo, não, e demais municípios, afirmando ainda, que o sistema de saúde em Povo não havia na dívida ao processo municipal.

